

Colóquio Internacional

“Cartografar África em Tempo Colonial (1876-c.1940)”



A história da cartografia portuguesa tem cultivado com particular atenção a época da expansão e dos descobrimentos. No entanto pouco se sabe sobre os mapas elaborados pelos cartógrafos portugueses nos séculos XIX e XX, quando são notáveis a quantidade e a qualidade das cartas que representam as mais variadas áreas do globo com particular incidência nas colónias portuguesas de África.

O presente colóquio “Cartografar África em Tempo Colonial (1876-c. 1940)” resulta do projecto “*Cartografia, Política e Territórios coloniais. Comissão de Cartografia (1883-1936): um registo patrimonial para a compreensão histórica dos problemas actuais*”, que se propunha proceder à reconstituição virtual da produção e funcionamento da Comissão de Cartografia. Pretendia-se assim construir, através do vasto acervo disperso por várias unidades do IICT e outras instituições afins, um instrumento operativo com várias aplicações, desde a cartografia, a política e a diplomacia, até ao estudo das realidades históricas, antropológicas, geográficas, e ambientais das regiões tropicais que foram objecto de missões científicas enviadas aos territórios coloniais.

O período cronológico abrangido por este colóquio é um pouco mais extenso que a duração da Comissão de Cartografia, porque na verdade os antecedentes¹ esclarecem as origens e interacção da Comissão e porque, após a sua extinção, muitos trabalhos foram concluídos pelas instituições² que se lhe seguiram.

A terra africana não tinha fronteiras fixas e permanentes. Era habitada por povos cujos chefes podiam guerrear-se pelas riquezas, pelo poder ou pelos caminhos, não tanto pelos territórios. Quando a política internacional demarcou as fronteiras coloniais, atendendo

¹ Sociedade de Geografia de Lisboa e Comissão Permanente de Cartografia.

² Desde a Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais até à Junta de Investigações do Ultramar.

a interesses europeus, faltava ainda conquistar o interior, esses povos que os exércitos coloniais viam mudar de lugar fugindo-lhes por entre os dedos. De nada serviriam as fronteiras, enquanto as populações não fossem conhecidas e submetidas.

À cartografia dos exploradores científicos, Capelo, Ivens, Henrique de Carvalho, Serpa Pinto, Augusto Cardoso e da própria Comissão de Cartografia acrescentava-se agora a das campanhas militares, dos Serviços Geológicos, Obras Públicas, Serviços Meteorológicos, e de qualificados cientistas autónomos.

A conquista, seguida da ordenação administrativa colonial do espaço, decapita as hierarquias políticas africanas, instala o forte militar junto à embala do Soba. A divisão administrativa primeiro decalca, depois rejeita, por vezes mantém a realidade africana.

A cartografia manuscrita tudo regista para não apagar as autoridades tradicionais submersas, os potenciais inimigos derrotados ou submetidos por assinatura de tratados que a qualquer momento podem reorganizar-se para resistir.

Esta cartografia reservada guardou a imagem de uma África pré-colonial que foi sendo submergida à medida que se instalava o sistema colonial e a cartografia impressa recobria o espaço na totalidade. A cartografia divulgada fez ainda coabitar elementos dessa imagem com a reorganização colonial. Depois, as marcas do passado africano foram progressivamente encobertas pela administração militar e civil.

A cartografia colonial, tendo constituído um processo relativamente curto, funciona como um interface cuja abrangência cronológica se estende, por um lado, em direcção ao passado pré-colonial, e, por outro, atinge a actualidade, não só pela permanência das fronteiras coloniais, mas também pelo reaparecimento da toponímia tradicional, como exemplos mais evidentes.

O estudo deste processo tem a vantagem de nos conduzir a períodos cronológicos muito mais vastos e de contribuir para uma mais ampla compreensão de outros fenómenos: quer dos que ali se repercutem a partir do passado quer dos que se reproduzem no presente.

Lisboa, 31 de Janeiro de 2006

Maria Emília Madeira Santos

Instituto de Investigação Científica Tropical (ICT)